

COMANDO
DA MADRUGADA
DIREITO PENAL

PCPE

EMMANOEL
THADEU



DIREITO PENAL



1. O crime de feminicídio tem a pena aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado

A) durante a gestação ou nos 6 (seis) primeiros meses posteriores ao parto.

B) contra pessoa com menos de 18 (dezoito) anos ou mais de 60 (sessenta) anos.

C) com emprego de tortura ou outro meio insidioso ou cruel.

D) após o descumprimento de qualquer medida protetiva de urgência.

E) na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

DIREITO PENAL



§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou com doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;

III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima;

IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#). [\(Incluído pela Lei nº 13.771, de 2018\)](#)

2. João decide agredir fisicamente Pedro, seu desafeto, provocando-lhe vários ferimentos. Porém, durante a luta corporal, João resolve matar Pedro, realizando um disparo de arma de fogo contra a vítima, sem contudo, conseguir atingi-lo. A polícia é acionada, separando os contendores. Diante do caso hipotético, João responderá

- A) apenas por lesões corporais.
- B) apenas por tentativa de homicídio.
- C) por rixa e disparo de arma de fogo.
- D) por lesões corporais consumadas e disparo de arma de fogo.
- E) por lesões corporais consumadas e homicídio tentado.

DIREITO PENAL

3. De acordo com o Código Penal, se o resultado da lesão corporal for grave, o autor do crime estará sujeito à pena de reclusão de dois a oito anos na hipótese de

A)incapacidade para as funções habituais, por mais de trinta dias.

B)incapacidade permanente para o trabalho.

C)perigo de vida.

D)debilidade permanente de membro, sentido ou função.

E)aceleração de parto.

LINHA DE CHEGADA PMBA

Perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

Enfermidade incurável

Incapacidade permanente para o trabalho;

Deformidade permanente;

Aborto:

4. Porfírio encontrava-se em um ponto de ônibus aguardando a condução para retornar à sua residência, quando foi abordado por Flávio e Eduardo que, armados, anunciaram o assalto. No momento em que Flávio começa a subtrair os pertences de Porfírio, este reage, entrando em luta corporal com os criminosos, ocasião em que é alvejado por um disparo de arma de fogo disparado por Eduardo, morrendo no local. Flávio e Eduardo fogem na sequência sem nada subtraírem da vítima. Diante do caso hipotético acima mencionado, Flávio e Eduardo praticaram, em tese, o(s) crime(s) de

A) latrocínio.

B) roubo tentado e homicídio consumado.

DIREITO PENAL

- C) homicídio consumado.
- D) roubo tentado e extorsão seguida de morte.
- E) roubo tentado e lesão corporal seguida de morte

5. Configura o crime de corrupção ativa:

A) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

DIREITO PENAL



- C)**Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- D)**Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- E)**Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

A) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. → **Tráfico de Influência (art. 332)**. Se fosse a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha, seria exploração de prestígio (art. 357).

B) **Solicitar** ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, **vantagem indevida**, ou aceitar promessa de tal vantagem. → **Corrupção passiva (art. 317)**.

C) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho. → **Facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318).**

D) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário. → **Advocacia administrativa (art. 321).**

6. Sobre a Lei nº 9.455/1997 – Crimes de Tortura, é correto afirmar que

A) o crime de tortura admite a forma culposa.

B) somente o agente público pode ser autor de crime de tortura.

C) o condenado por crime previsto nessa Lei cumprirá a pena integralmente em regime fechado.

D) o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

E) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.

REVISÃO PRESENCIAL NO RECIFE

REVISÃO DE VÉSPERA

PC PERNAMBUCO
[AGENTE & ESCRIVÃO]



24 de fevereiro



Auditório do INTERDATA

DIREITO PENAL



7. Natália, grávida de nove meses, entra em trabalho de parto e, imediatamente, se dirige ao hospital de sua cidade. Após os trâmites administrativos, Natália é internada e, passados três dias, ocorre o parto, tendo o bebê nascido com ótima saúde. Logo após o parto, sob a influência do estado puerperal, Natália se dirige ao berçário da maternidade com uma tesoura com a finalidade de matar seu recém-nascido. Acontece que o bebê morto por Natália não era o seu filho, ou seja, ela atacou outro bebê, por engano.

Nessa hipótese, é correto afirmar que Natália responderá

A) pelo crime de infanticídio, mesmo não tendo matado seu bebê.

DIREITO PENAL

- B)** por crime de homicídio simples, já que matou o bebê de outrem.
- C)** pelo delito de lesão corporal seguida de morte.
- D)** por crime de homicídio qualificado, já que matou o bebê de outrem.

8. Antônio, visando matar Carlos, desferiu tiros na direção deste, o que lhe causou a morte. Todavia, alguns disparos, por clara culpa, atingiram Francisco, que não faleceu, mas perdeu o braço por amputação em decorrência dos ferimentos. Nesse caso, Antônio deverá responder por

- A)** lesão corporal culposa em concurso material com homicídio doloso consumado.
- B)** homicídio doloso consumado na forma continuada.

DIREITO PENAL



- C)** tentativa de homicídio em concurso material com homicídio doloso consumado.

- D)** homicídio doloso consumado em concurso formal próprio com tentativa de homicídio.

- E)** homicídio doloso consumado em concurso formal com lesões corporais culposas.

REVISÃO PRESENCIAL NO RECIFE

REVISÃO DE VÉSPERA

PC PERNAMBUCO
[AGENTE & ESCRIVÃO]



24 de fevereiro



Auditório do INTERDATA

DIREITO PENAL



A questão diz respeito a erro na execução (aberratio ictus) em que ocorre resultado duplo ou unidade complexa, ou seja, são atingidos dois bens jurídicos distintos. O mencionado fenômeno encontra-se disciplinado no artigo 73, do Código Penal, que assim dispõe:

"Art. 73 - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código."

DIREITO PENAL



9. Ana, ex-mulher de Marcos, passou a residir na companhia de Pedro, seu novo companheiro. Enlouquecido de ciúmes, Marcos espalhou pela vizinhança que o atual parceiro de Ana estuprara seu filho, apresentando fotografias em que a criança apresentava vermelhidão nas coxas e nádegas, embora soubesse que se tratava de reação alérgica e, portanto, da falsidade das graves acusações que fazia. A conduta de Marcos caracteriza:

A) Difamação

DIREITO PENAL

B) Calúnia

C) Constrangimento ilegal

D) Importunação ofensiva ao pudor

DIREITO PENAL

10. Com base nas disposições relativas aos crimes previstos no Código Penal e no entendimento jurisprudencial acerca da matéria, julgue o item subsecutivo.

Suponha-se que um indivíduo, fingindo trabalhar como manobrista para um salão de beleza famoso, receba o veículo de uma cliente a fim de estacioná-lo e, em seguida, saia com o carro para dar uma volta, restituindo-o, espontaneamente, horas depois, à sua proprietária, sem qualquer dano ou prejuízo. Nessa situação hipotética, o fato é atípico.

CERTO () ERRADO ()

DIREITO PENAL



11. Em 8/11/2021, Almir, visando conseguir dinheiro para comprar carne e bebidas para a comemoração do seu aniversário de 18 anos, que aconteceria em 9/11/2021, utilizou uma arma de fogo para restringir a liberdade da empresária Emília, colocando-a em cativeiro. Em seguida, Almir entrou em contato com a família da vítima, exigindo o pagamento da quantia de R\$ 10.000 para a sua liberação. Apesar das constantes ameaças, a família não pagou o resgate e avisou o ocorrido à polícia. Três dias seguintes à restrição da liberdade da vítima, em 11/11/2021, a polícia conseguiu localizar o cativeiro e libertar Emília.

A partir dessa situação hipotética e considerando o direito penal vigente, julgue o item a seguir.

Almir praticou o crime de roubo majorado pelo uso de arma de fogo e pela restrição da liberdade da vítima.

CERTO () ERRADO ()

12.No item subsecutivo, é apresentada uma situação hipotética relativa a crimes contra a administração pública, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Após ter sido roubada, Fabrícia procurou uma delegacia, onde foi atendida por agente de polícia que exigiu da vítima certa quantia em dinheiro para proceder às diligências de praxe. Nessa situação, o agente praticou crime de concussão.

CERTO () ERRADO ()

PENAL

13. José, para satisfazer a própria lascívia, passou a mão, de maneira superficial e rápida, por baixo da blusa de Júlia, na altura dos seios dela. Júlia tem deficiência mental e, por isso, não tinha o necessário discernimento sobre a prática do ato.

Assinale a opção que indica corretamente a tipificação da conduta de José na situação hipotética apresentada.

- A) importunação sexual
- B) assédio sexual
- C) estupro de vulnerável
- D) ato obsceno
- E) estupro corretivo

COMANDO
DA MADRUGADA
DIREITO PENAL

PCPE

EMMANOEL
THADEU

